



# Município de Pato Bragado

## Estado do Paraná

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2018022/2018

PROCESSO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2018  
INEXIGIBILIDADE Nº 004/2018

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO PARA ARRECADAÇÃO ATRAVÉS DE DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL – DAM, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE **PATO BRAGADO - PR** E **CAIXA ECONOMICA FEDERAL**, na forma abaixo:

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Avenida Willy Barth, nº 2885, Centro, na Cidade de Pato Bragado, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o N.º 95.719.472/0001-05, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **LEOMAR ROHDEN**, em pleno exercício do seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador da cédula de identidade RG N.º 3.330.683-0 e inscrito no CPF sob nº 550.079.379-91, e

**CONTRATADA: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ/CPF sob nº 00.360.305/0001-04, estabelecida na SBS- QUADRA 4 BLOCO A, LOTE Nº ¾ PRES/GECOL, 21º ANDAR, ASA SUL, BRASÍLIA-DF, neste ato representada por seu bastante Procurador Substabelecimento Conforme Substabelecimento de Procuração lavradas no 4º Tabelionato de Notas de Cascavel-PR, às Folhas 119/122 do livro 32-S, o Senhor **RAFAEL GOMES DE LEMOS** portador da Cédula de Identidade nº 9.047.460-0 SSP/PR e do CPF/MF nº 041.823.809-08, residente e domiciliado na cidade de Marechal Cândido Rondon-PR CEP 85.960-000.

Pelo presente Termo Aditivo de Contrato em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93, e Legislação Federal as partes pactuam a Atualização Financeira e Prorrogação do Prazo de Execução e vigência do contrato epigrafado, na forma e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

Fica aditado o Valor Contratual em 5,53% com base no índice acumulado divulgado pelo INPC referente ao período dos últimos 12 (doze) meses, de conformidade com o acordado entre as partes.



# Município de Pato Bragado

## Estado do Paraná

### CLÁUSULA SEGUNDA DO VALOR CONTRATUAL

Em virtude do reajustamento mencionado na cláusula primeira do presente Termo Aditivo, os valores pagos para os itens passam a ser de:

ITEM	QTD	UNIDADE	PRODUTO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
2	16.667	Unid.	Documentos de Arrecadação Municipal - DAM, com código de barras padrão FEBRABAN e prestação de contas por meio de arquivo magnético ou mediante a entrega física dos documentos de valores arrecadados, por meio do Correspondente Bancário, Banco Postal e Casa Lotérica.	2,62	43.667,54
3	3.334	Unid.	Documentos de Arrecadação Municipal - DAM, com código de barras padrão FEBRABAN e prestação de contas por meio de arquivo magnético ou mediante a entrega física dos documentos de valores arrecadados, por meio dos Home/Office Banking, Central de Atendimento/Telefone, internet banking e Terminais de Auto Atendimento	2,62	8.735,08

**Total Geral do Aditivo:** R\$ 52.402,62 (cinquenta e dois mil quatrocentos e dois reais e sessenta e dois centavos).

### CLÁUSULA TERCEIRA PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

Fica prorrogado por 4 (quatro) meses, o prazo de execução e a vigência do Contrato em epígrafe, que tem como objeto o CREDENCIAMENTO da CONTRATADA, pelo CONTRATANTE, PARA EFETUAR A ARRECADAÇÃO DOS IMPOSTOS, TAXAS, CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS, ATRAVÉS DE DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL - DAM, tendo seu termo inicial em 21 (vinte e um) de fevereiro de 2021 e término em 20 (vinte) de junho de 2021.





# Município de Pato Bragado

## Estado do Paraná

### CLÁUSULA QUARTA DA BASE LEGAL

A assinatura do presente termo está amparado pelo artigo 57, inciso II da Lei 8666/93 e cláusula 3ª, item 3.2 do contrato original.

### CLÁUSULA QUINTA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com o presente aditivo.

E por estarem certos e ajustados, obrigando-se ao fiel e integral cumprimento do Termo de Contrato e do presente Aditivo, firmam-no em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Pato Bragado, 19 de fevereiro de 2021.

  
MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO  
LEOMAR ROHDEN – PREFEITO  
CONTRATANTE

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
RAFAEL GOMES DE LEMOS - BANCÁRIO/GERENTE GERAL  
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Nome: ELISA VANESSA RIBEIRO  
CPF n.º 062.601.699-14

Nome: ANA CAROLINA SPECHT  
CPF n.º 081.995.769-01



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná



PROCURADORIA MUNICIPAL

## PARECER JURÍDICO Nº 029/2021

**CONSULENTE:** Gestora de Contratos – Departamento de Licitações e Contratos.

**ASSUNTO:** Parecer Jurídico sobre a possibilidade de prorrogação da vigência do prazo contratual, referente ao CONTRATO Nº 2018022/2018, INEXIBILIDADE Nº 004/2018 – CHAMAMENTO PUBLICO Nº 003/2018.

**RELATÓRIO:** A **CONSULENTE** encaminhou solicitação de Parecer Jurídico acerca da possibilidade de prorrogação da vigência do prazo contratual por mais 04 (quatro) meses, referente ao contrato em epígrafe, em que é contratada a empresa **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, que tem por objeto o CREDENCIAMENTO da CONTRATADA, pelo CONTRATANTE, para efetuar a arrecadação dos impostos, taxas, contribuições de melhoria e demais receitas públicas, através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM. O expediente veio acompanhado de justificativa, motivação, orçamentos e negativas. Momento em que o requerimento chegou a essa Procuradoria Jurídica para parecer.

Em resumo, é o relatório.

Passo a analisar.

### **FUNDAMENTOS:**

Trata-se de consulta sobre os aspectos jurídico-formais da possibilidade de prorrogação da vigência do prazo contratual por mais 04 (quatro) meses, referente ao CONTRATO Nº 2018022/2018, INEXIBILIDADE Nº 004/2018 – CHAMAMENTO PUBLICO Nº 003/2018.

De início, importante destacar que a Lei n.º 8.666/93 disciplina o tema da prorrogação do prazo de contratos com a Administração realizados de forma contínua em seu artigo 57, inciso II, nos seguintes termos:

*Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:*

*II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998) (grifo nosso)*

Nesse contexto, é necessário verificar se houve algum fato capaz de extinguir o ajuste, tal como a extrapolção do atual prazo de vigência do contrato. E nesse aspecto, os termos do contrato foram os seguintes, conforme cláusula quarta:





# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná



## PROCURADORIA MUNICIPAL

### 3 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO.

3.1 – O contrato a ser celebrado terá o prazo de execução até 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

3.2 - A vigência do contrato será o prazo de execução acrescido de 90 (noventa) dias. Os prazos de vigência e execução poderão ser prorrogados nos termos do art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93.

Além disso, foram realizados dois Termos Aditivos de prorrogação de prazo, sendo o mais recente o SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2018022/2018, que apresenta encerramento em 20 de fevereiro de 2021, conforme cláusula abaixo:

### CLÁUSULA TERCEIRA PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

Fica prorrogado por 12 (doze) meses, o prazo de execução e a vigência do Contrato em epígrafe, que tem como objeto o CREDENCIAMENTO da CONTRATADA, pelo CONTRATANTE, PARA EFETUAR A ARRECADAÇÃO DOS IMPOSTOS, TAXAS, CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS, ATRAVÉS DE DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL - DAM, tendo seu termo inicial em 20 (vinte) de fevereiro de 2020 e término em 20 (vinte) de fevereiro de 2021.

Logo, o requerimento de aditivo de prorrogação de prazo foi realizado no período da vigência do respectivo Termo Aditivo e com a antecedência exigida. Além disso, a prorrogação pretendida não acarreta a extrapolção do limite a que se refere o artigo 57, inciso II, antes descrito. Logo, não há óbice nesses aspectos à possibilidade de prorrogação do prazo do contrato.

Ademais, a Lei nº 8.666/1993 também exige que a dilação de prazo seja expressamente justificada e aprovada pela autoridade competente (art. 57, § 2º).

**§ 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.**

Em atenção, justificou-se **haja vista a conduta do contratado que é inquestionável e que o valor dos serviços está dentro do valor de mercado. Bem como a necessidade de manter as agências bancárias oficiais credenciadas para recolhimento das guias emitidas por este Município**, conforme motivação vinculada no requerimento.

Ademais, **conforme informações vinculadas no requerimento e documento que acompanham o expediente, fica evidente que o preço que será praticado pelo aditivo será inferior aos demais preços praticados no mercado por empresas do mesmo ramos do objeto licitado, mesmo considerando a atualização do contrato**, demonstrando a vantajosidade, economicidade e o respeito ao interesse público na continuidade da prestação do serviço pela contratada.

Já quanto às justificativas técnicas, não está na seara da Procuradoria avaliá-las ou emitir juízo sobre a necessidade de prorrogar o ajuste, pois essa tarefa envolve aspectos de caráter eminentemente



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná



## PROCURADORIA MUNICIPAL

técnicos, além de ponderação de conveniência e oportunidade. São, por isso, de competência exclusiva da Administração.

Cumpre, porém, alertar que a “teoria dos motivos determinantes” preconiza que os atos administrativos, quando motivados, ficam vinculados aos motivos expostos, para todos os efeitos.

### **CONCLUSÃO:**

Pode-se considerar demonstrado o interesse da Administração na continuidade dos serviços e a aprovação formal pela autoridade competente, supridas pela apresentação da motivação e aprovação da proposta, já analisadas.

Portanto, há previsão legal e contratual admitindo a possibilidade de prorrogação, há interesse expresso da contratada na prorrogação, bem como há prestação regular dos serviços até o momento, pelo que não há óbice à prorrogação do contrato.

### **PARECER:**

Diante do exposto, restando plenamente justificado através dos documentos que seguem em anexo, **OPINO FAVORAVELMENTE** ao pedido de prorrogação de prazo contratual, estendendo-se por mais 04 (quatro) meses o prazo de vigência do CONTRATO Nº 2018022/2018, INEXIBILIDADE Nº 004/2018 – CHAMAMENTO PUBLICO Nº 003/2018.

Este é o parecer.

Pato Bragado – PR, 19 de fevereiro de 2021.

**MARCIO IVANIR NEUKAMP**

OAB/PR nº 94.404

Procurador Jurídico

Portaria nº 025, de 22/01/2021.





# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

## CAPA DE PROCESSO

No.Processo : 2021/02/000201  
Data Protoc.: 18/02/21  
Requerente : CLEUNICE FRITZEN FINKEN  
CPF.....: 975.901.939-68  
Assunto.....: ADMINISTRAÇÃO  
Subassunto.: OUTROS ASSUNTOS  
Logradouro : Rua Florianópolis  
Complem. ...:  
Fone.....: 45 99944-6320  
Cep .....: 85948000

Sumula: SOLICITAÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL; REFERENTE AO CONTRATO Nº 2018022/2018; CONTRATADA: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL; ADITIVO DE PRAZO, POR MAIS 04 MESES; CONFORME ANEXO.

Data Aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

DATA	DESTINO
18/02/2021	Licitação - Ana

  
Assinatura Requerente

2021/02/000201      Data: 18/02/2021  
17-PROTOCOLO      Hora: 15:27:38  
Assunto....: 005-ADMINISTRAÇÃO  
Subassunto.: 008-OUTROS ASSUNTOS  
Requerente.: CLEUNICE FRITZEN FINKEN  
CPF/CNPJ...: 97590193968  
SUMULA:  
SOLICITAÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL; RE  
FERENTE AO CONTRATO Nº 2018022/2018;  
CONTRATADA: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL;

## SOLICITAÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL

DE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PARA: GESTORA GERAL DE CONTRATOS, Secretaria Municipal de Administração/Departamento de Compras e Licitações.

Referente ao contrato N.º **2018022/2018**

Objeto: O presente CONTRATO tem por objeto o CREDENCIAMENTO da CONTRATADA, pelo CONTRATANTE, para efetuar a arrecadação dos impostos, taxas, contribuições de melhoria e demais receitas públicas, através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

Contratada: **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

CNPJ: **95.719.472/0001-05**

Início de Vigência: **20/02/2018** Termina de Vigência: **20/02/2021**.

☒ ( X ) ADITIVO DE PRAZO, POR MAIS (04) MESES.

☐ ( ) ADITIVO DE ACRÉSCIMO, CORRESPONDENTE À: R\$

☐ ( ) ADITIVO DE SUPRESSÃO, CORRESPONDENTE À: R\$

☐ ( ) REAJUSTE/REEQUILIBRIO ☐ ( ) REPACTUAÇÃO ☐ ( ) QUANTITATIVO.

ITENS/SERVIÇOS A SEREM ADITIVADOS:

Item	Qtd	Unid	Produto	R\$ Unit.	R\$ Total
2	16.667	unid	Documentos de Arrecadação Municipal - DAM, com código de barras padrão FEBRABAN e prestação de contas por meio de arquivo magnético ou mediante a entrega física dos documentos de valores arrecadados, por meio do Correspondente Bancário, Banco Postal e Casa Lotérica.	2,16	36.000,72
3	3.334	unid	Documentos de Arrecadação Municipal - DAM, com código de barras padrão FEBRABAN e prestação de contas por meio de arquivo magnético ou mediante a entrega física dos documentos de valores arrecadados, por meio dos Home/Office Banking, Central de Atendimento/Telefone, internet banking e Terminais de Auto-Atendimento	2,16	7.201,44
<b>Total</b>					<b>43.202,16</b>

**Observação:** Valores acima estão sem correção de índice, caso seja necessário o mesmo deve ser calculado sobre os valores apresentados. A quantidade estipulada é para o prazo de 04 meses, uma vez que ao final deste prazo será realizado novo chamamento para credenciamento das empresas.



**RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO:**

Em verificação quanto ao andamento das atividades administrativas no que tange ao contrato  
**Nº 2018022/2018, A EMPRESA ATENDEU AO CONTRATO.**

**PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

As despesas decorrentes da celebração do Termo Aditivo deste contrato serão suportadas pelas dotações orçamentárias constantes abaixo:

**02.003 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**041221050.2007 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**3.3.90.39.81.00.427 – Serviços Bancários – fonte 505**

Nome do Fiscal do Contrato:

CPF: \_\_\_\_\_ e-mail: \_\_\_\_\_.

Assinatura: \_\_\_\_\_.

Nome do Gestor do Contrato: \_\_\_\_\_.

CPF: 081.995.769-01 e-mail: \_\_\_\_\_.

Assinatura: Ana Carolina Recebido em: 18/02/21.

**DATA DA SOLICITAÇÃO DO ADITIVO:**

Pato Bragado, 17 de fevereiro de 2021.

  
Cleunice Fritzen Finken  
Secretária de Finanças

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

## **CERTIDÃO POSITIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS)**

### **1ª e 2ª Instâncias**

**CERTIFICAMOS** que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 25/01/2021, **CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

### **CAIXA ECONOMICA FEDERAL**

**00.360.305/0001-04**

- Impugnação de crédito, 0711459-43.2020.8.07.0015 (Res.65 - CNJ), distribuído para Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do DF em 20/07/2020, Falência.
- Impugnação de crédito, 0726728-59.2019.8.07.0015 (Res.65 - CNJ), distribuído para Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do DF em 24/10/2019, Falência.
- Impugnação de crédito, 0712805-97.2018.8.07.0015 (Res.65 - CNJ), distribuído para Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do DF em 10/05/2018, Falência.

#### **OBSERVAÇÕES:**

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8o, § 2o da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em [www.tjdft.jus.br](http://www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

**A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT ([www.tjdft.jus.br](http://www.tjdft.jus.br)), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.**

Emitida gratuitamente pela internet em: 25/01/2021

Selo digital de segurança: **2021.CTD.Q7SE.4Z7Y.YYCS.4UV1.AWFH**

\*\*\* VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS \*\*\*





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

**CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS  
COM EFEITO DE NEGATIVA**

Nome: CAIXA ECONOMICA FEDERAL (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 00.360.305/0001-04

Certidão nº: 34594794/2020

Expedição: 23/12/2020, às 17:13:09

Validade: 20/06/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CAIXA ECONOMICA FEDERAL (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.360.305/0001-04, **CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas no(s) processo(s) abaixo, com débito garantido ou exigibilidade suspensa:

0010550-77.2015.5.01.0001 - TRT 01ª Região \*  
0101364-04.2016.5.01.0001 - TRT 01ª Região \*  
0011428-27.2014.5.01.0004 - TRT 01ª Região \*  
0046800-46.2005.5.01.0006 - TRT 01ª Região \*  
0000694-50.2010.5.01.0006 - TRT 01ª Região \*  
0173500-64.2005.5.01.0007 - TRT 01ª Região \*  
0018400-79.1997.5.01.0013 - TRT 01ª Região \*  
0140500-16.2009.5.01.0013 - TRT 01ª Região \*  
0010361-97.2014.5.01.0013 - TRT 01ª Região \*  
0133300-88.2005.5.01.0015 - TRT 01ª Região \*  
0102500-62.1991.5.01.0017 - TRT 01ª Região \*  
0001124-57.2010.5.01.0020 - TRT 01ª Região \*  
0011195-39.2015.5.01.0022 - TRT 01ª Região \*  
0031900-02.2008.5.01.0023 - TRT 01ª Região \*  
0010760-33.2013.5.01.0023 - TRT 01ª Região \*  
0137700-46.2004.5.01.0027 - TRT 01ª Região \*  
0074600-83.2005.5.01.0027 - TRT 01ª Região \*  
0110500-27.2005.5.01.0028 - TRT 01ª Região \*  
0000400-02.2005.5.01.0029 - TRT 01ª Região \*  
0175700-75.2005.5.01.0029 - TRT 01ª Região \*  
0100562-48.2018.5.01.0029 - TRT 01ª Região \*  
0232700-74.1989.5.01.0035 - TRT 01ª Região \*  
0145700-50.1991.5.01.0040 - TRT 01ª Região \*  
0182000-14.2005.5.01.0042 - TRT 01ª Região \*  
0145100-61.2007.5.01.0042 - TRT 01ª Região \*  
0063600-36.2008.5.01.0042 - TRT 01ª Região \*  
0028200-77.1993.5.01.0044 - TRT 01ª Região \*



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

0010100-69.1996.5.01.0044 - TRT 01ª Região \*

0054400-89.1991.5.01.0045 - TRT 01ª Região \*

0010061-39.2014.5.01.0045 - TRT 01ª Região \*

0057800-79.2003.5.01.0049 - TRT 01ª Região \*

0010170-75.2013.5.01.0049 - TRT 01ª Região \*

0121800-31.2007.5.01.0055 - TRT 01ª Região \*

0000167-14.2011.5.01.0055 - TRT 01ª Região \*

0068300-60.2006.5.01.0063 - TRT 01ª Região \*

0010306-27.2013.5.01.0064 - TRT 01ª Região \*

0156800-18.2005.5.01.0070 - TRT 01ª Região \*\*

0045600-03.2005.5.01.0071 - TRT 01ª Região \*

0000696-36.2012.5.01.0075 - TRT 01ª Região \*

0142900-46.2009.5.01.0225 - TRT 01ª Região \*

0222200-97.1995.5.01.0241 - TRT 01ª Região \*

0010477-26.2013.5.01.0244 - TRT 01ª Região \*

0178400-47.2008.5.01.0246 - TRT 01ª Região \*

0011111-73.2014.5.01.0248 - TRT 01ª Região \*

0011436-48.2014.5.01.0248 - TRT 01ª Região \*

0284700-03.2000.5.01.0282 - TRT 01ª Região \*

0000286-10.2011.5.01.0302 - TRT 01ª Região \*

0000911-78.2010.5.01.0302 - TRT 01ª Região \*

0001483-29.2013.5.01.0302 - TRT 01ª Região \*

0101862-36.2017.5.01.0302 - TRT 01ª Região \*

0000015-66.2010.5.01.0421 - TRT 01ª Região \*

0088700-90.1998.5.01.0511 - TRT 01ª Região \*

0103900-88.2008.5.01.0511 - TRT 01ª Região \*

0154800-12.2007.5.01.0511 - TRT 01ª Região \*

0183500-37.2003.5.01.0511 - TRT 01ª Região \*

0022900-97.2002.5.02.0010 - TRT 02ª Região \*\*

0041600-48.2007.5.02.0010 - TRT 02ª Região \*\*

0319900-45.2000.5.02.0023 - TRT 02ª Região \*

0092700-41.2000.5.02.0025 - TRT 02ª Região \*\*

0236800-97.2002.5.02.0032 - TRT 02ª Região \*\*

0174700-91.2007.5.02.0045 - TRT 02ª Região \*

0214000-06.2007.5.02.0063 - TRT 02ª Região \*\*

0294500-94.2005.5.02.0074 - TRT 02ª Região \*

0309800-58.2003.5.02.0077 - TRT 02ª Região \*\*

0001209-63.2012.5.02.0402 - TRT 02ª Região \*\*

0000814-47.2013.5.02.0431 - TRT 02ª Região \*

0000104-73.2010.5.02.0482 - TRT 02ª Região \*

1001325-78.2015.5.02.0521 - TRT 02ª Região \*

0000008-09.2016.5.03.0001 - TRT 03ª Região \*





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

0010007-83.2016.5.03.0001 - TRT 03ª Região \*

0001625-03.2013.5.03.0003 - TRT 03ª Região \*

0056500-14.2009.5.03.0018 - TRT 03ª Região \*

0001049-16.2014.5.03.0022 - TRT 03ª Região \*

0001530-32.2013.5.03.0048 - TRT 03ª Região \*

0001167-96.2010.5.03.0065 - TRT 03ª Região \*

0001587-33.2012.5.03.0065 - TRT 03ª Região \*

0000892-63.2012.5.03.0135 - TRT 03ª Região \*

0000492-12.2013.5.03.0136 - TRT 03ª Região \*

0001462-40.2014.5.03.0180 - TRT 03ª Região \*

0063400-73.2005.5.04.0002 - TRT 04ª Região \*

0023900-29.2007.5.04.0002 - TRT 04ª Região \*

0000028-77.2010.5.04.0002 - TRT 04ª Região \*

0000883-22.2011.5.04.0002 - TRT 04ª Região \*

0022300-38.2005.5.04.0003 - TRT 04ª Região \*

0084800-38.2008.5.04.0003 - TRT 04ª Região \*

0101100-75.2008.5.04.0003 - TRT 04ª Região \*

0091600-48.2009.5.04.0003 - TRT 04ª Região \*

0038800-79.2005.5.04.0004 - TRT 04ª Região \*

0001500-49.2006.5.04.0004 - TRT 04ª Região \*

0034500-40.2006.5.04.0004 - TRT 04ª Região \*

0123700-48.1989.5.04.0006 - TRT 04ª Região \*\*

0042300-16.2006.5.04.0006 - TRT 04ª Região \*

0032300-20.2007.5.04.0006 - TRT 04ª Região \*

0080000-89.2007.5.04.0006 - TRT 04ª Região \*

0134200-75.2000.5.04.0011 - TRT 04ª Região \*

0062700-12.2001.5.04.0011 - TRT 04ª Região \*

0053200-14.2004.5.04.0011 - TRT 04ª Região \*

0136100-20.2005.5.04.0011 - TRT 04ª Região \*

0067300-03.2006.5.04.0011 - TRT 04ª Região \*

0055100-56.2009.5.04.0011 - TRT 04ª Região \*

0000428-24.2011.5.04.0013 - TRT 04ª Região \*

0001058-71.2011.5.04.0016 - TRT 04ª Região \*

0035200-73.2003.5.04.0019 - TRT 04ª Região \*

0091100-02.2007.5.04.0019 - TRT 04ª Região \*

0091800-24.1997.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*

0113300-15.1998.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*

0114200-56.2002.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*

0050300-94.2005.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*

0074100-54.2005.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*

0090800-71.2006.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*

0111400-16.2006.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

0006000-76.2007.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*

0032600-03.2008.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*

0033800-45.2008.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*

0063000-97.2008.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*

0146200-02.2008.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*

0056300-71.2009.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*

0139600-28.2009.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*

0150500-70.2009.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*

0150600-25.2009.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*

0000054-21.2010.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*

0000406-76.2010.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*

0000880-13.2011.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*

0000966-81.2011.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*

0001024-84.2011.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*

0001042-08.2011.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*

0000469-33.2012.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*

0000763-85.2012.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*

0001043-56.2012.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*

0001146-63.2012.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*

0001612-57.2012.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*

0001638-55.2012.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*

0031200-16.2006.5.04.0022 - TRT 04ª Região \*

0047000-10.2008.5.04.0024 - TRT 04ª Região \*

0001541-77.2011.5.04.0024 - TRT 04ª Região \*

0048400-61.2005.5.04.0025 - TRT 04ª Região \*

0010500-73.2007.5.04.0025 - TRT 04ª Região \*

0091100-81.2007.5.04.0025 - TRT 04ª Região \*

0127100-46.2008.5.04.0025 - TRT 04ª Região \*

0000014-87.2011.5.04.0025 - TRT 04ª Região \*

0001059-29.2011.5.04.0025 - TRT 04ª Região \*

0000888-04.2013.5.04.0025 - TRT 04ª Região \*

0005300-58.2002.5.04.0026 - TRT 04ª Região \*

0071900-56.2005.5.04.0026 - TRT 04ª Região \*

0123500-45.2007.5.04.0027 - TRT 04ª Região \*

0100200-22.2005.5.04.0028 - TRT 04ª Região \*

0020018-92.2018.5.04.0028 - TRT 04ª Região \*

0123000-46.2002.5.04.0029 - TRT 04ª Região \*

0076300-70.2006.5.04.0029 - TRT 04ª Região \*

0108700-69.2008.5.04.0029 - TRT 04ª Região \*

0001369-57.2010.5.04.0029 - TRT 04ª Região \*

0000574-80.2012.5.04.0029 - TRT 04ª Região \*

0000930-41.2013.5.04.0029 - TRT 04ª Região \*





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

0001190-21.2013.5.04.0029 - TRT 04ª Região \*

0065500-89.2005.5.04.0102 - TRT 04ª Região \*

0000733-32.2011.5.04.0102 - TRT 04ª Região \*

0000757-89.2013.5.04.0102 - TRT 04ª Região \*

0001063-24.2014.5.04.0102 - TRT 04ª Região \*

0000033-50.2011.5.04.0104 - TRT 04ª Região \*

0001054-61.2011.5.04.0104 - TRT 04ª Região \*

0000788-40.2012.5.04.0104 - TRT 04ª Região \*

0001052-23.2013.5.04.0104 - TRT 04ª Região \*

0020413-16.2019.5.04.0104 - TRT 04ª Região \*

0008700-40.2002.5.04.0201 - TRT 04ª Região \*

0000570-18.2014.5.04.0241 - TRT 04ª Região \*

0000796-69.2010.5.04.0271 - TRT 04ª Região \*

0010923-66.2010.5.04.0271 - TRT 04ª Região \*

0011293-06.2014.5.04.0271 - TRT 04ª Região \*

0000139-47.2011.5.04.0351 - TRT 04ª Região \*

0000248-95.2010.5.04.0351 - TRT 04ª Região \*

0078900-63.2009.5.04.0351 - TRT 04ª Região \*

0097500-35.2009.5.04.0351 - TRT 04ª Região \*

0068900-41.2009.5.04.0371 - TRT 04ª Região \*

0140300-22.2008.5.04.0381 - TRT 04ª Região \*

0000034-42.2010.5.04.0404 - TRT 04ª Região \*

0000245-73.2013.5.04.0404 - TRT 04ª Região \*

0000907-08.2011.5.04.0404 - TRT 04ª Região \*

0000928-18.2010.5.04.0404 - TRT 04ª Região \*

0001213-74.2011.5.04.0404 - TRT 04ª Região \*

0001258-78.2011.5.04.0404 - TRT 04ª Região \*

0020190-75.2015.5.04.0404 - TRT 04ª Região \*

0021248-16.2015.5.04.0404 - TRT 04ª Região \*

0091000-75.2008.5.04.0451 - TRT 04ª Região \*\*

0000336-64.2010.5.04.0471 - TRT 04ª Região \*

0001083-88.2010.5.04.0511 - TRT 04ª Região \*

0010378-47.2013.5.04.0511 - TRT 04ª Região \*

0060700-47.2008.5.04.0511 - TRT 04ª Região \*

0175200-63.2007.5.04.0511 - TRT 04ª Região \*

0001139-21.2010.5.04.0512 - TRT 04ª Região \*

0010420-64.2011.5.04.0512 - TRT 04ª Região \*

0187600-09.2007.5.04.0512 - TRT 04ª Região \*

0189600-79.2007.5.04.0512 - TRT 04ª Região \*

0000708-44.2011.5.04.0611 - TRT 04ª Região \*

0045600-77.2007.5.04.0611 - TRT 04ª Região \*

0053600-05.2009.5.04.0641 - TRT 04ª Região \*



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

0043200-66.2009.5.04.0661 - TRT 04ª Região \*

0000955-66.2011.5.04.0662 - TRT 04ª Região \*

0001275-19.2011.5.04.0662 - TRT 04ª Região \*

0000107-08.2013.5.04.0663 - TRT 04ª Região \*

0000129-03.2012.5.04.0663 - TRT 04ª Região \*

0092800-37.2009.5.04.0732 - TRT 04ª Região \*

0065500-43.2009.5.04.0751 - TRT 04ª Região \*

0000229-03.2011.5.04.0821 - TRT 04ª Região \*\*

0003500-59.2007.5.04.0821 - TRT 04ª Região \*\*

0025800-44.2009.5.04.0821 - TRT 04ª Região \*\*

0000378-09.2012.5.04.0871 - TRT 04ª Região \*

0079900-59.2006.5.05.0001 - TRT 05ª Região \*

0020700-87.2007.5.05.0001 - TRT 05ª Região \*

0095800-77.2009.5.05.0001 - TRT 05ª Região \*

0000992-46.2010.5.05.0001 - TRT 05ª Região \*

0001316-65.2012.5.05.0001 - TRT 05ª Região \*

0198000-72.2003.5.05.0002 - TRT 05ª Região \*

0065300-64.2005.5.05.0002 - TRT 05ª Região \*

0010516-59.2013.5.05.0002 - TRT 05ª Região \*

0320900-74.1991.5.05.0003 - TRT 05ª Região \*

0104100-90.2007.5.05.0003 - TRT 05ª Região \*

0074600-42.2008.5.05.0003 - TRT 05ª Região \*

0000605-20.2013.5.05.0003 - TRT 05ª Região \*

0064200-49.1997.5.05.0004 - TRT 05ª Região \*

0280800-64.1997.5.05.0004 - TRT 05ª Região \*

0037000-81.2008.5.05.0004 - TRT 05ª Região \*

0020000-70.2005.5.05.0005 - TRT 05ª Região \*

0002900-63.2009.5.05.0005 - TRT 05ª Região \*

0106200-82.2002.5.05.0006 - TRT 05ª Região \*

0056900-83.2004.5.05.0006 - TRT 05ª Região \*

0129200-43.2004.5.05.0006 - TRT 05ª Região \*

0065900-73.2005.5.05.0006 - TRT 05ª Região \*

0148400-02.2005.5.05.0006 - TRT 05ª Região \*

0080200-06.2006.5.05.0006 - TRT 05ª Região \*

0061100-94.2008.5.05.0006 - TRT 05ª Região \*

0001153-41.2010.5.05.0006 - TRT 05ª Região \*

0000078-93.2012.5.05.0006 - TRT 05ª Região \*

0000643-23.2013.5.05.0006 - TRT 05ª Região \*

0026600-67.2006.5.05.0007 - TRT 05ª Região \*

0000776-67.2010.5.05.0007 - TRT 05ª Região \*

0007600-78.2006.5.05.0008 - TRT 05ª Região \*

0304200-05.1991.5.05.0009 - TRT 05ª Região \*\*





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

0076900-66.2002.5.05.0009 - TRT 05ª Região \*  
0049100-31.2000.5.05.0010 - TRT 05ª Região \*  
0178600-14.2004.5.05.0010 - TRT 05ª Região \*  
0001227-83.2010.5.05.0010 - TRT 05ª Região \*  
0010096-30.2013.5.05.0010 - TRT 05ª Região \*  
0075600-58.2005.5.05.0011 - TRT 05ª Região \*  
0036300-84.2008.5.05.0011 - TRT 05ª Região \*  
0001240-06.2015.5.05.0011 - TRT 05ª Região \*  
0000180-61.2016.5.05.0011 - TRT 05ª Região \*  
0001061-04.2017.5.05.0011 - TRT 05ª Região \*  
0236900-80.1992.5.05.0012 - TRT 05ª Região \*  
0034100-67.2009.5.05.0012 - TRT 05ª Região \*  
0001180-03.2010.5.05.0013 - TRT 05ª Região \*  
0000869-04.2013.5.05.0014 - TRT 05ª Região \*  
0000699-95.2014.5.05.0014 - TRT 05ª Região \*  
0000982-50.2016.5.05.0014 - TRT 05ª Região \*  
0060800-13.2005.5.05.0015 - TRT 05ª Região \*  
0073500-21.2005.5.05.0015 - TRT 05ª Região \*  
0122600-42.2005.5.05.0015 - TRT 05ª Região \*  
0055900-16.2007.5.05.0015 - TRT 05ª Região \*  
0111000-53.2007.5.05.0015 - TRT 05ª Região \*  
0171800-49.2004.5.05.0016 - TRT 05ª Região \*  
0046000-06.2007.5.05.0016 - TRT 05ª Região \*  
0134700-21.2008.5.05.0016 - TRT 05ª Região \*  
0035900-21.2009.5.05.0016 - TRT 05ª Região \*  
0058100-22.2009.5.05.0016 - TRT 05ª Região \*  
0001050-04.2010.5.05.0016 - TRT 05ª Região \*  
0010505-85.2013.5.05.0016 - TRT 05ª Região \*  
0178601-12.2003.5.05.0017 - TRT 05ª Região \*  
0001004-12.2010.5.05.0017 - TRT 05ª Região \*  
0193100-37.1999.5.05.0018 - TRT 05ª Região \*  
0000812-42.2011.5.05.0018 - TRT 05ª Região \*  
0128000-98.2000.5.05.0019 - TRT 05ª Região \*  
0051000-75.2007.5.05.0019 - TRT 05ª Região \*  
0122200-45.2007.5.05.0019 - TRT 05ª Região \*  
0124200-18.2007.5.05.0019 - TRT 05ª Região \*  
0066300-43.2008.5.05.0019 - TRT 05ª Região \*  
0000665-47.2010.5.05.0019 - TRT 05ª Região \*  
0002800-97.2008.5.05.0020 - TRT 05ª Região \*  
0063500-39.2008.5.05.0020 - TRT 05ª Região \*  
0000578-20.2012.5.05.0020 - TRT 05ª Região \*  
0115600-36.2006.5.05.0021 - TRT 05ª Região \*



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

0100200-18.2002.5.05.0022 - TRT 05ª Região \*

0038600-25.2004.5.05.0022 - TRT 05ª Região \*

0084100-46.2006.5.05.0022 - TRT 05ª Região \*

0125400-51.2007.5.05.0022 - TRT 05ª Região \*

0125600-94.2003.5.05.0023 - TRT 05ª Região \*

0038900-81.2004.5.05.0023 - TRT 05ª Região \*

0016800-30.2007.5.05.0023 - TRT 05ª Região \*

0139400-19.2008.5.05.0023 - TRT 05ª Região \*

0002000-26.2009.5.05.0023 - TRT 05ª Região \*

0085600-42.2009.5.05.0023 - TRT 05ª Região \*

0000762-93.2014.5.05.0023 - TRT 05ª Região \*

0009019-05.2017.5.05.0023 - TRT 05ª Região \*

0140800-07.2004.5.05.0024 - TRT 05ª Região \*

0000300-12.2009.5.05.0024 - TRT 05ª Região \*

0001075-56.2011.5.05.0024 - TRT 05ª Região \*

0001281-70.2011.5.05.0024 - TRT 05ª Região \*

0000491-81.2014.5.05.0024 - TRT 05ª Região \*

0134500-75.2008.5.05.0028 - TRT 05ª Região \*

0000534-08.2011.5.05.0029 - TRT 05ª Região \*

0000573-34.2013.5.05.0029 - TRT 05ª Região \*

0024500-07.2005.5.05.0030 - TRT 05ª Região \*

0000925-57.2011.5.05.0030 - TRT 05ª Região \*

0050900-84.2007.5.05.0031 - TRT 05ª Região \*

0116000-83.2007.5.05.0031 - TRT 05ª Região \*

0015500-69.2008.5.05.0032 - TRT 05ª Região \*

0082900-66.2009.5.05.0032 - TRT 05ª Região \*

0000291-55.2011.5.05.0032 - TRT 05ª Região \*

0000484-02.2013.5.05.0032 - TRT 05ª Região \*

0010509-74.2013.5.05.0032 - TRT 05ª Região \*

0037000-96.2005.5.05.0033 - TRT 05ª Região \*

0026600-52.2007.5.05.0033 - TRT 05ª Região \*

0000692-17.2012.5.05.0033 - TRT 05ª Região \*

0010523-55.2013.5.05.0033 - TRT 05ª Região \*

0000713-22.2014.5.05.0033 - TRT 05ª Região \*

0001368-57.2015.5.05.0033 - TRT 05ª Região \*

0000315-07.2016.5.05.0033 - TRT 05ª Região \*

0000185-84.2011.5.05.0035 - TRT 05ª Região \*

0165300-33.2006.5.05.0036 - TRT 05ª Região \*

0151000-32.2007.5.05.0036 - TRT 05ª Região \*

0121400-60.2007.5.05.0037 - TRT 05ª Região \*

0000318-81.2015.5.05.0037 - TRT 05ª Região \*

0037300-09.2006.5.05.0038 - TRT 05ª Região \*\*





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

0140500-61.2008.5.05.0038 - TRT 05ª Região \*  
0000472-67.2013.5.05.0038 - TRT 05ª Região \*  
0001129-72.2014.5.05.0038 - TRT 05ª Região \*  
0000778-65.2015.5.05.0038 - TRT 05ª Região \*  
0000514-61.2013.5.05.0121 - TRT 05ª Região \*  
0001228-05.2013.5.05.0191 - TRT 05ª Região \*  
0000516-93.2015.5.05.0401 - TRT 05ª Região \*  
0006200-14.2006.5.05.0401 - TRT 05ª Região \*  
0071000-51.2006.5.05.0401 - TRT 05ª Região \*  
0000320-29.2016.5.05.0421 - TRT 05ª Região \*  
0000850-43.2010.5.05.0421 - TRT 05ª Região \*  
0010025-85.2015.5.05.0421 - TRT 05ª Região \*  
0094300-24.2004.5.05.0462 - TRT 05ª Região \*  
0000196-56.2012.5.05.0463 - TRT 05ª Região \*  
0001057-76.2011.5.05.0463 - TRT 05ª Região \*  
0166000-23.2005.5.05.0463 - TRT 05ª Região \*  
0000048-19.2016.5.05.0491 - TRT 05ª Região \*  
0071300-68.2005.5.05.0491 - TRT 05ª Região \*  
0000042-59.2010.5.05.0511 - TRT 05ª Região \*  
0001517-79.2012.5.05.0511 - TRT 05ª Região \*  
0001594-59.2010.5.05.0511 - TRT 05ª Região \*  
0087600-02.1992.5.05.0511 - TRT 05ª Região \*  
0154000-41.2005.5.05.0511 - TRT 05ª Região \*  
0158400-59.2009.5.05.0511 - TRT 05ª Região \*  
0238300-72.2001.5.05.0511 - TRT 05ª Região \*  
0253000-09.2008.5.05.0511 - TRT 05ª Região \*  
0000391-95.2011.5.05.0521 - TRT 05ª Região \*  
0012300-13.2006.5.05.0521 - TRT 05ª Região \*  
0084100-67.2007.5.05.0521 - TRT 05ª Região \*  
0001711-19.2012.5.05.0531 - TRT 05ª Região \*  
0053200-52.1999.5.05.0531 - TRT 05ª Região \*  
0242800-77.2008.5.05.0531 - TRT 05ª Região \*  
0000084-17.2012.5.05.0551 - TRT 05ª Região \*  
0000792-04.2011.5.05.0551 - TRT 05ª Região \*  
0000833-68.2011.5.05.0551 - TRT 05ª Região \*  
0007700-82.2008.5.05.0551 - TRT 05ª Região \*  
0021600-98.2009.5.05.0551 - TRT 05ª Região \*  
0000047-18.2016.5.05.0561 - TRT 05ª Região \*  
0000102-66.2016.5.05.0561 - TRT 05ª Região \*  
0001036-10.2012.5.05.0611 - TRT 05ª Região \*  
0000414-25.2012.5.05.0612 - TRT 05ª Região \*  
0000701-85.2012.5.05.0612 - TRT 05ª Região \*



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

0000985-93.2012.5.05.0612 - TRT 05ª Região \*

0082000-77.1994.5.06.0001 - TRT 06ª Região \*

0031000-96.1998.5.06.0001 - TRT 06ª Região \*

0070400-73.2005.5.06.0001 - TRT 06ª Região \*

0151400-27.2007.5.06.0001 - TRT 06ª Região \*

0141600-04.2009.5.06.0001 - TRT 06ª Região \*

0048300-24.2005.5.06.0002 - TRT 06ª Região \*

0106500-53.2007.5.06.0002 - TRT 06ª Região \*

0011400-37.2008.5.06.0002 - TRT 06ª Região \*

0091800-38.2008.5.06.0002 - TRT 06ª Região \*

0073500-91.2009.5.06.0002 - TRT 06ª Região \*

0148800-59.2009.5.06.0002 - TRT 06ª Região \*

0081100-34.2007.5.06.0003 - TRT 06ª Região \*

0082300-76.2007.5.06.0003 - TRT 06ª Região \*

0025900-08.2008.5.06.0003 - TRT 06ª Região \*

0160300-56.2008.5.06.0003 - TRT 06ª Região \*

0067900-86.2009.5.06.0003 - TRT 06ª Região \*

0000591-14.2010.5.06.0003 - TRT 06ª Região \*

0000869-78.2011.5.06.0003 - TRT 06ª Região \*

0072900-69.2006.5.06.0004 - TRT 06ª Região \*

0034000-80.2007.5.06.0004 - TRT 06ª Região \*

0115900-85.2007.5.06.0004 - TRT 06ª Região \*

0103000-36.2008.5.06.0004 - TRT 06ª Região \*

0166000-17.2002.5.06.0005 - TRT 06ª Região \*

0173900-12.2006.5.06.0005 - TRT 06ª Região \*

0171600-65.1992.5.06.0006 - TRT 06ª Região \*

0055500-80.1999.5.06.0006 - TRT 06ª Região \*

0038700-29.2003.5.06.0008 - TRT 06ª Região \*

0153500-31.2007.5.06.0008 - TRT 06ª Região \*

0172000-11.2008.5.06.0009 - TRT 06ª Região \*

0000239-30.2013.5.06.0010 - TRT 06ª Região \*

0032200-30.2006.5.06.0011 - TRT 06ª Região \*

0101800-41.2006.5.06.0011 - TRT 06ª Região \*

0175800-12.2006.5.06.0011 - TRT 06ª Região \*

0153700-29.2007.5.06.0011 - TRT 06ª Região \*

0004800-77.2002.5.06.0012 - TRT 06ª Região \*

0104700-57.2007.5.06.0012 - TRT 06ª Região \*

0115700-54.2007.5.06.0012 - TRT 06ª Região \*

0067400-27.2008.5.06.0012 - TRT 06ª Região \*

0080200-53.2009.5.06.0012 - TRT 06ª Região \*

0020100-32.2009.5.06.0013 - TRT 06ª Região \*

0093400-27.2009.5.06.0013 - TRT 06ª Região \*





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

0000329-97.2011.5.06.0013 - TRT 06ª Região \*

0000294-06.2012.5.06.0013 - TRT 06ª Região \*

0009800-47.2005.5.06.0014 - TRT 06ª Região \*\*

0079600-91.2007.5.06.0015 - TRT 06ª Região \*

0085300-48.2007.5.06.0015 - TRT 06ª Região \*

0085400-03.2007.5.06.0015 - TRT 06ª Região \*

0000189-91.2010.5.06.0015 - TRT 06ª Região \*

0000688-75.2010.5.06.0015 - TRT 06ª Região \*

0000400-61.2009.5.06.0016 - TRT 06ª Região \*

0065700-64.2009.5.06.0017 - TRT 06ª Região \*

0000926-88.2010.5.06.0017 - TRT 06ª Região \*

0075300-06.2009.5.06.0019 - TRT 06ª Região \*

0079200-59.2007.5.06.0021 - TRT 06ª Região \*\*

0122200-38.2009.5.06.0022 - TRT 06ª Região \*

0013500-33.2007.5.06.0023 - TRT 06ª Região \*

0102100-30.2007.5.06.0023 - TRT 06ª Região \*

0077400-53.2008.5.06.0023 - TRT 06ª Região \*

0027000-98.2009.5.06.0023 - TRT 06ª Região \*

0001159-22.2014.5.06.0122 - TRT 06ª Região \*

0000298-31.2017.5.06.0122 - TRT 06ª Região \*

0016700-76.2007.5.06.0143 - TRT 06ª Região \*

0001229-49.2015.5.06.0172 - TRT 06ª Região \*

0171300-41.2008.5.06.0201 - TRT 06ª Região \*\*

0000179-32.2010.5.06.0311 - TRT 06ª Região \*

0000989-07.2010.5.06.0311 - TRT 06ª Região \*

0035800-24.2009.5.06.0312 - TRT 06ª Região \*

0143800-55.2008.5.06.0312 - TRT 06ª Região \*

0153300-48.2008.5.06.0312 - TRT 06ª Região \*

0010366-88.2013.5.06.0313 - TRT 06ª Região \*

0000532-55.2012.5.06.0391 - TRT 06ª Região \*\*

0277200-34.2004.5.07.0004 - TRT 07ª Região \*

0001473-13.2010.5.07.0014 - TRT 07ª Região \*

0175300-96.2009.5.08.0006 - TRT 08ª Região \*

0000762-87.2010.5.08.0011 - TRT 08ª Região \*\*

0000736-80.2010.5.08.0014 - TRT 08ª Região \*\*

0000739-35.2010.5.08.0014 - TRT 08ª Região \*\*

0000010-98.2013.5.08.0015 - TRT 08ª Região \*

0143600-60.2004.5.08.0109 - TRT 08ª Região \*

0077100-07.2007.5.08.0109 - TRT 08ª Região \*

0000327-52.2011.5.08.0117 - TRT 08ª Região \*

9950200-65.2005.5.09.0005 - TRT 09ª Região \*

2058100-74.2004.5.09.0008 - TRT 09ª Região \*



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

1767600-71.2003.5.09.0010 - TRT 09ª Região \*

0001769-10.2012.5.09.0014 - TRT 09ª Região \*

0000958-75.2011.5.09.0017 - TRT 09ª Região \*

0001533-49.2012.5.09.0017 - TRT 09ª Região \*

0308200-62.2009.5.09.0023 - TRT 09ª Região \*

0001535-93.2015.5.09.0023 - TRT 09ª Região \*

0001636-33.2015.5.09.0023 - TRT 09ª Região \*

0221300-74.2005.5.09.0069 - TRT 09ª Região \*

0052901-44.2003.5.09.0072 - TRT 09ª Região \*

0109100-44.2008.5.09.0094 - TRT 09ª Região \*

0148700-72.2008.5.09.0094 - TRT 09ª Região \*

0000794-04.2010.5.09.0096 - TRT 09ª Região \*

0000660-34.2017.5.09.0127 - TRT 09ª Região \*

0000541-55.2012.5.09.0513 - TRT 09ª Região \*

0001110-27.2010.5.09.0513 - TRT 09ª Região \*

0134500-87.2003.5.09.0659 - TRT 09ª Região \*

0283500-42.2009.5.09.0663 - TRT 09ª Região \*

0005500-28.2008.5.09.0669 - TRT 09ª Região \*\*

0515900-37.2005.5.09.0673 - TRT 09ª Região \*

1048400-72.2009.5.09.0863 - TRT 09ª Região \*

0000526-50.2011.5.09.0892 - TRT 09ª Região \*

0009000-43.2007.5.10.0012 - TRT 10ª Região \*

0064600-78.2009.5.10.0012 - TRT 10ª Região \*

0203500-41.2009.5.10.0012 - TRT 10ª Região \*

0001001-97.2011.5.10.0012 - TRT 10ª Região \*

0001380-38.2011.5.10.0012 - TRT 10ª Região \*

0001386-45.2011.5.10.0012 - TRT 10ª Região \*

0001650-62.2011.5.10.0012 - TRT 10ª Região \*

0001559-35.2012.5.10.0012 - TRT 10ª Região \*

0000029-59.2013.5.10.0012 - TRT 10ª Região \*

0001131-19.2013.5.10.0012 - TRT 10ª Região \*

0001590-21.2013.5.10.0012 - TRT 10ª Região \*

0000660-66.2014.5.10.0012 - TRT 10ª Região \*

0000953-36.2014.5.10.0012 - TRT 10ª Região \*

0000203-97.2015.5.10.0012 - TRT 10ª Região \*

0001150-20.2016.5.10.0012 - TRT 10ª Região \*

0137400-89.2009.5.10.0017 - TRT 10ª Região \*

0001559-76.2010.5.10.0021 - TRT 10ª Região \*

0001112-20.2012.5.10.0021 - TRT 10ª Região \*

0003822-75.2010.5.12.0005 - TRT 12ª Região \*

0000149-40.2011.5.12.0005 - TRT 12ª Região \*

0002088-71.2010.5.12.0011 - TRT 12ª Região \*





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

0000814-38.2011.5.12.0011 - TRT 12ª Região \*

0000941-73.2011.5.12.0011 - TRT 12ª Região \*

0351500-59.2005.5.12.0014 - TRT 12ª Região \*\*

0001803-84.2011.5.12.0030 - TRT 12ª Região \*

0002302-68.2011.5.12.0030 - TRT 12ª Região \*

0736500-20.2007.5.12.0034 - TRT 12ª Região \*

0786200-28.2008.5.12.0034 - TRT 12ª Região \*

0763400-10.2002.5.12.0036 - TRT 12ª Região \*

0054300-07.2009.5.12.0043 - TRT 12ª Região \*

0002461-94.2010.5.12.0046 - TRT 12ª Região \*

0093800-61.2006.5.12.0051 - TRT 12ª Região \*\*

0037800-33.2009.5.12.0052 - TRT 12ª Região \*

0302600-77.2009.5.12.0055 - TRT 12ª Região \*

0001794-76.2013.5.12.0055 - TRT 12ª Região \*

0002089-16.2013.5.12.0055 - TRT 12ª Região \*

0002511-54.2014.5.12.0055 - TRT 12ª Região \*

0130415-37.2015.5.13.0009 - TRT 13ª Região \*

0130570-90.2013.5.13.0015 - TRT 13ª Região \*

0013500-70.2009.5.13.0022 - TRT 13ª Região \*

0047800-55.2009.5.13.0023 - TRT 13ª Região \*

0005400-23.2009.5.13.0024 - TRT 13ª Região \*

0300900-54.2008.5.15.0011 - TRT 15ª Região \*

0001094-25.2011.5.15.0011 - TRT 15ª Região \*

0147900-35.2002.5.15.0014 - TRT 15ª Região \*\*

0232500-52.2003.5.15.0014 - TRT 15ª Região \*

0001901-78.2012.5.15.0021 - TRT 15ª Região \*

0200700-62.2006.5.15.0026 - TRT 15ª Região \*

0092900-46.2009.5.15.0033 - TRT 15ª Região \*

0000581-25.2010.5.15.0033 - TRT 15ª Região \*

0168700-60.2003.5.15.0043 - TRT 15ª Região \*

0001013-74.2011.5.15.0044 - TRT 15ª Região \*

0104100-16.2006.5.15.0046 - TRT 15ª Região \*

0071000-84.2008.5.15.0051 - TRT 15ª Região \*

0102100-82.1998.5.15.0059 - TRT 15ª Região \*\*

0010483-86.2013.5.15.0068 - TRT 15ª Região \*

0011070-40.2015.5.15.0068 - TRT 15ª Região \*

0011209-55.2016.5.15.0068 - TRT 15ª Região \*

0001069-33.2010.5.15.0080 - TRT 15ª Região \*

0222900-39.2009.5.15.0097 - TRT 15ª Região \*

0068600-38.2008.5.15.0103 - TRT 15ª Região \*

0001168-22.2010.5.15.0106 - TRT 15ª Região \*

0111000-16.2008.5.15.0120 - TRT 15ª Região \*\*



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

0001002-45.2010.5.15.0120 - TRT 15ª Região \*\*  
 0017000-20.2005.5.15.0123 - TRT 15ª Região \*\*  
 0000202-16.2012.5.15.0130 - TRT 15ª Região \*  
 0102000-35.2008.5.15.0138 - TRT 15ª Região \*  
 0012516-12.2013.5.15.0145 - TRT 15ª Região \*  
 0195200-98.2004.5.16.0012 - TRT 16ª Região \*  
 0063400-61.2006.5.17.0007 - TRT 17ª Região \*  
 0147600-59.2010.5.17.0007 - TRT 17ª Região \*  
 0000679-19.2019.5.17.0007 - TRT 17ª Região \*  
 0044700-53.2005.5.17.0013 - TRT 17ª Região \*  
 0078000-06.2005.5.17.0013 - TRT 17ª Região \*  
 0119300-37.2009.5.17.0132 - TRT 17ª Região \*  
 0119301-22.2009.5.17.0132 - TRT 17ª Região \*  
 0150200-78.2006.5.17.0141 - TRT 17ª Região \*  
 0144200-30.2007.5.18.0002 - TRT 18ª Região \*  
 0004900-04.2008.5.18.0007 - TRT 18ª Região \*  
 0218200-49.2008.5.18.0007 - TRT 18ª Região \*  
 0122200-15.2007.5.18.0009 - TRT 18ª Região \*  
 0000102-86.2011.5.18.0009 - TRT 18ª Região \*  
 0082900-77.2006.5.18.0010 - TRT 18ª Região \*  
 0152200-55.2008.5.18.0011 - TRT 18ª Região \*  
 0106800-15.2008.5.18.0012 - TRT 18ª Região \*\*  
 0001566-73.2010.5.18.0012 - TRT 18ª Região \*  
 0012073-20.2015.5.18.0012 - TRT 18ª Região \*  
 0000621-66.2010.5.18.0051 - TRT 18ª Região \*  
 0010160-53.2017.5.18.0102 - TRT 18ª Região \*\*  
 0001689-12.2010.5.18.0161 - TRT 18ª Região \*  
 0001570-37.2015.5.19.0003 - TRT 19ª Região \*  
 0009500-54.2002.5.19.0006 - TRT 19ª Região \*  
 0211700-79.2004.5.19.0006 - TRT 19ª Região \*  
 0058400-58.2008.5.19.0006 - TRT 19ª Região \*\*  
 0139400-05.2007.5.19.0010 - TRT 19ª Região \*  
 0042000-88.2007.5.20.0001 - TRT 20ª Região \*  
 0000670-72.2011.5.20.0001 - TRT 20ª Região \*  
 0021100-52.2005.5.20.0002 - TRT 20ª Região \*  
 0088700-56.2006.5.20.0002 - TRT 20ª Região \*  
 0120700-41.2008.5.20.0002 - TRT 20ª Região \*  
 0001067-65.2010.5.20.0002 - TRT 20ª Região \*  
 0130000-20.1991.5.20.0003 - TRT 20ª Região \*  
 0094800-58.2005.5.20.0003 - TRT 20ª Região \*  
 0021400-08.2005.5.20.0004 - TRT 20ª Região \*  
 0104400-97.2005.5.20.0005 - TRT 20ª Região \*





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

0126900-60.2005.5.20.0005 - TRT 20ª Região \*

0098900-11.2009.5.20.0005 - TRT 20ª Região \*

0001478-02.2010.5.20.0005 - TRT 20ª Região \*

0025100-83.2005.5.20.0006 - TRT 20ª Região \*

0102200-17.2005.5.20.0006 - TRT 20ª Região \*

0104700-56.2005.5.20.0006 - TRT 20ª Região \*

0240800-76.2009.5.20.0006 - TRT 20ª Região \*

0116700-13.2004.5.21.0001 - TRT 21ª Região \*

0151700-40.2005.5.21.0001 - TRT 21ª Região \*

0129700-34.1991.5.21.0002 - TRT 21ª Região \*

0118800-86.2005.5.21.0006 - TRT 21ª Região \*

0125800-40.2005.5.21.0006 - TRT 21ª Região \*

0142300-45.2009.5.21.0006 - TRT 21ª Região \*

0181800-21.2009.5.21.0006 - TRT 21ª Região \*

0019600-33.2010.5.21.0006 - TRT 21ª Região \*

0071300-16.2008.5.21.0007 - TRT 21ª Região \*

0226400-92.2007.5.21.0008 - TRT 21ª Região \*

0001380-93.2015.5.21.0011 - TRT 21ª Região \*

0203900-89.2008.5.22.0001 - TRT 22ª Região \*

0091300-91.2009.5.22.0001 - TRT 22ª Região \*

0001366-88.2010.5.22.0001 - TRT 22ª Região \*

0002139-33.2010.5.22.0002 - TRT 22ª Região \*

0160200-28.2006.5.22.0003 - TRT 22ª Região \*

0001962-66.2010.5.22.0003 - TRT 22ª Região \*

0001571-77.2011.5.22.0003 - TRT 22ª Região \*

0001725-95.2011.5.22.0003 - TRT 22ª Região \*

0001726-80.2011.5.22.0003 - TRT 22ª Região \*

0002534-85.2011.5.22.0003 - TRT 22ª Região \*

0000495-49.2010.5.22.0004 - TRT 22ª Região \*

0088800-22.2009.5.23.0002 - TRT 23ª Região \*

0094700-73.2006.5.23.0007 - TRT 23ª Região \*

0081500-66.2003.5.23.0051 - TRT 23ª Região \*\*

0155900-41.2009.5.23.0051 - TRT 23ª Região \*

0171400-50.2009.5.23.0051 - TRT 23ª Região \*

0066100-24.2009.5.23.0076 - TRT 23ª Região \*

0114000-72.2007.5.24.0002 - TRT 24ª Região \*

0000581-69.2010.5.24.0002 - TRT 24ª Região \*

0110800-30.2002.5.24.0003 - TRT 24ª Região \*

0011800-47.2008.5.24.0003 - TRT 24ª Região \*

0001411-29.2010.5.24.0004 - TRT 24ª Região \*

0001584-53.2010.5.24.0004 - TRT 24ª Região \*

0001866-23.2012.5.24.0004 - TRT 24ª Região \*



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

0001493-55.2013.5.24.0004 - TRT 24ª Região \*

0110600-07.2008.5.24.0005 - TRT 24ª Região \*

0025243-49.2014.5.24.0005 - TRT 24ª Região \*

\* Débito garantido por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.

\*\* Débito com exigibilidade suspensa.

**Total de processos: 618.**

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

**INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

A Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os mesmos efeitos da negativa (art. 642-A, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho), atesta a existência de registro do CPF ou do CNPJ da pessoa sobre quem versa a certidão no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, cujos débitos estejam com exigibilidade suspensa ou garantidos por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.



# CADASTRO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO NO CADASTRO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL - DIF

[Imprimir](#)

CF/DF 07.312.825/001-75

CPF/CNPJ 00.360.305/0001-04

DataConcessão 19/07/2000

Denominação social CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Título do Estabelecimento - Nome Fantasia CEF MATRIZ

Natureza Jurídica/Tipo de Contribuinte EMPRESA PUBLICA

Qualificação do Contribuinte ISS EMPRESA

FAC - Número do Protocolo

964-01870/96

Regime de Tributação do ISS REGIME NORMAL DE APURACAO

Faixa do ISS XX

Data de enquadramento no ISS

15/05/1970

Regime de Tributação do ICMS

Faixa do ICMS XX

Data de enquadramento no ICMS

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXX

Descrição Atividade Econômica do ISS CAIXAS ECONOMICAS

Código da Atividade - ISS K6423-9/00-00

Data de Início de Atividade - ISS 15/05/1970

Descrição da Atividade Econômica do ICMS XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Código da Atividade - ICMS XXXXXXXXXX

Data de Início de Atividade - ICMS XXXXXXXXXX

Endereço SBS QUADRA 4 BLOCO A LOTES 3/4 SETOR S/N PRESII//SEGER 110 ANDAR

CEP 70.092-900

Bairro ASA SUL

Cidade BRASILIA

UF DF

Situação Cadastral ATIVA

Data 24/03/2020

Este documento foi emitido no dia 24/03/2020 na Internet pelo portal Agência@Net e poderá ser reimpresso no endereço <http://publica.agencianet.fazenda.df.gov.br>.

## CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

CERTIDÃO NR : 365-08.248.727/2020  
NOME : CAIXA ECONOMICA FEDERAL  
ENDEREÇO : SBS QD 4 BL A LOTES 3/4 11º ANDAR PRESI/SEGER  
CIDADE : ASA SUL  
CPF  
CNPJ : 00.360.305.0001-04  
CF/DF : 0731282500175 - ATIVA

FINALIDADE : JUNTO A ORGAOS PUBLICOS

---

### CERTIFICAMOS QUE

---

HA DEBITOS VINCENDOS DE IPTU.  
HA DEBITOS VINCENDOS DE TLP.  
HA DEBITOS VINCENDOS DE ITBI / 2020 .  
CONSTA(M) DEBITO(S) SUSPENSO(S) NO LANCAMENTO.  
CONSTA(M) DEBITO(S) SUSPENSO(S) POR RECURSO ADMINISTRATIVO.  
CONSTA(M) DEBITO(S) SUSPENSO(S) POR RECURSO JUDICIAL.  
CONSTA(M) DEBITO(S) DE IPTU TLP RECOLHIDOS  
JUNTO AO AGENTE ARRECADADOR POREM AINDA NAO CONSTANDO  
NO SISTEMA DE ARRECADACAO DA SECRETARIA DE ECONOMIA  
OU OFERTA DE SEGURO GARANTIA IDONEO.

Pelos débitos acima responde solidariamente o adquirente, com base no art. 130 da Lei 5.172/66 – CTN.  
Certidão Positiva com Efeito de Negativa, com base no art. 151 combinado com o art. 206 da Lei 5.172/66 – CTN.  
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.  
Esta Certidão abrange consulta a todos os débitos, inclusive os relativos à Dívida Ativa.

Certidão expedida conforme o Decreto Distrital nr. 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.  
Válida até 09 de Março de 2021 \*

\*Certidões expedidas no período da pandemia do COVID-19  
tem sua validade limitada ao prazo que perdurar tal situação.

Brasília-DF, 09 de Dezembro de 2020





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: CAIXA ECONOMICA FEDERAL**  
**CNPJ: 00.360.305/0001-04**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 16:04:16 do dia 17/12/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/06/2021.

Código de controle da certidão: **C75E.8F29.21C7.7442**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 00.360.305/0001-04  
**Razão Social:** CAIXA ECONOMICA FEDERAL  
**Endereço:** ST SETOR BANCARIO SUL QUADRA 04 34 BLOCO A / ASAL SUL / BRASILIA / DF / 70092-900

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 30/01/2021 a 28/02/2021

**Certificação Número:** 2021013000552069202820

Informação obtida em 08/02/2021 09:15:12

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)



**Variação de um índice financeiro****Variação do índice IGP-M - Índ. Geral de Preços do Mercado entre 01-Fevereiro-2020 e 01-Fevereiro-2021**Em percentual: **25,7126%**Em fator de multiplicação: **1,257126****Observações:**

Os valores do índice utilizados neste cálculo foram:

Fevereiro-2020 = -0,04%; Março-2020 = 1,24%; Abril-2020 = 0,80%; Maio-2020 = 0,28%; Junho-2020 = 1,56%; Julho-2020 = 2,23%; Agosto-2020 = 2,74%; Setembro-2020 = 4,34%; Outubro-2020 = 3,23%; Novembro-2020 = 3,28%; Dezembro-2020 = 0,96%; Janeiro-2021 = 2,58%.

---

**RES: URGENTE - ENC: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE CONTRATO - CERTIDOES**

---

**De :** Carlos Fischer <carlos.fischer@caixa.gov.br>

Qua, 24 de fev de 2021 11:38

**Assunto :** RES: URGENTE - ENC: PRORROGAÇÃO DE PRAZO  
DE CONTRATO - CERTIDOES

📎4 anexos

**Para :** Ana Carolina Specht  
<anacarolina@patobragado.pr.gov.br>

E-mail classificado como #EXTERNO.CONFIDENCIAL

**\*Favor confirmar o recebimento do e-mail.**

Bom dia.

Foi autorizado o reajuste pelo INPC e não pelo IGPM, conforme clausula do contrato.

Sds.



**Carlos Fischer.**  
**Técnico Bancário Novo.**  
**Ag. 0968 - Marechal Cândido Rondon-PR.**  
**Fone: (45) 3284-7350.**

## INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL: Esta mensagem, incluindo anexos, contém informações confidenciais. O uso, divulgação, distribuição e/ou cópia não autorizados são estritamente proibidos e sujeitos às penalidades legais cabíveis. Caso esta mensagem tenha sido encaminhada indevidamente para você ou se houver necessidade de esclarecimento adicional, favor contatar o remetente. ##

**De:** Ana Carolina Specht [mailto:anacarolina@patobragado.pr.gov.br]

**Enviada em:** quarta-feira, 24 de fevereiro de 2021 09:20

**Para:** Carlos Fischer <carlos.fischer@caixa.gov.br>

**Assunto:** Re: URGENTE - ENC: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE CONTRATO - CERTIDOES

Bom dia

Não recebi a resposta.

Att

---

**De:** "Carlos Fischer" <[carlos.fischer@caixa.gov.br](mailto:carlos.fischer@caixa.gov.br)>

**Para:** [anacarolina@patobragado.pr.gov.br](mailto:anacarolina@patobragado.pr.gov.br)

**Enviadas:** Terça-feira, 23 de fevereiro de 2021 9:59:49

**Assunto:** ENC: URGENTE - ENC: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE CONTRATO - CERTIDOES

E-mail classificado como #EXTERNO.CONFIDENCIAL

**\*Favor confirmar o recebimento do e-mail.**



Bom dia.

Segue resposta abaixo.

Sds.



**Carlos Fischer.**  
**Técnico Bancário Novo.**  
**Ag. 0968 - Marechal Cândido Rondon-PR.**  
**Fone: (45) 3284-7350.**

## INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL: Esta mensagem, incluindo anexos, contém informações confidenciais. O uso, divulgação, distribuição e/ou cópia não autorizados são estritamente proibidos e sujeitos às penalidades legais cabíveis. Caso esta mensagem tenha sido encaminhada indevidamente para você ou se houver necessidade de esclarecimento adicional, favor contatar o remetente. ##

**De:** Anderson Roberto Ollmann  
**Enviada em:** terça-feira, 23 de fevereiro de 2021 09:51  
**Para:** Carlos Fischer <[carlos.fischer@caixa.gov.br](mailto:carlos.fischer@caixa.gov.br)>  
**Assunto:** RES: URGENTE - ENC: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE CONTRATO - CERTIDOES

E-mail classificado como #INTERNO.CONFIDENCIAL

Bom dia Carlos, tudo bom?

De qualquer maneira precisamos atualizar o contrato para que não fique inconforme.

Para resolver a situação, pode ser efetuada a troca do índice de reajuste do IGPM para o INPC, com a devida inclusão da cláusula no termo aditivo.

Att.  
Anderson

---

**De:** Carlos Fischer <[carlos.fischer@caixa.gov.br](mailto:carlos.fischer@caixa.gov.br)>  
**Enviada em:** terça-feira, 23 de fevereiro de 2021 09:07  
**Para:** Anderson Roberto Ollmann <[anderson.ollmann@caixa.gov.br](mailto:anderson.ollmann@caixa.gov.br)>  
**Assunto:** ENC: URGENTE - ENC: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE CONTRATO - CERTIDOES

E-mail classificado como #INTERNO.CONFIDENCIAL

**\*Favor confirmar o recebimento do e-mail.**

Bom dia.

Por favor verifique a questão da PM de Pato Bragado.

Sds.



**Carlos Fischer.**  
**Técnico Bancário Novo.**  
**Ag. 0968 - Marechal Cândido Rondon-PR.**  
**Fone: (45) 3284-7350.**

**De:** Ana Carolina Specht [<mailto:anacarolina@patobragado.pr.gov.br>]

**Enviada em:** terça-feira, 23 de fevereiro de 2021 08:09

**Para:** Carlos Fischer <[carlos.fischer@caixa.gov.br](mailto:carlos.fischer@caixa.gov.br)>

**Assunto:** Re: URGENTE - ENC: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE CONTRATO - CERTIDOES

Bom dia!

Gostaríamos de verificar a possibilidade de prorrogação de prazo do contrato 2018022/2018 sem a devida correção monetária, uma vez que iremos abrir um novo chamamento bancário em junho e portanto iremos prorrogar o prazo deste contrato para apenas para 4 meses.

O índice de reajuste previsto no contrato original é o IGPM, porém a variação do mesmo está extremamente alta, o que tornaria o valor do contrato da Caixa discrepante com o valor pago aos demais bancos contratados pelo Município de Pato Bragado.

Outra alternativa possível seria a troca do índice de reajuste do IGPM para o INPC.

Fico no aguardo de retorno para concluirmos o Termo Aditivo.

Att.

Ana Carolina Specht  
Gestora de Contratos

**De:** "Ana Carolina Specht" <[anacarolina@patobragado.pr.gov.br](mailto:anacarolina@patobragado.pr.gov.br)>

**Para:** "Carlos Fischer" <[carlos.fischer@caixa.gov.br](mailto:carlos.fischer@caixa.gov.br)>

**Enviadas:** Quinta-feira, 11 de fevereiro de 2021 11:21:00

**Assunto:** Re: URGENTE - ENC: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE CONTRATO - CERTIDOES

Bom dia!

Recebido, obrigada!

Faremos os trâmites internos e enviaremos para caixa analisar o aditivo quando o mesmo estiver pronto.

Att.

Ana Carolina Specht  
Gestora de Contratos

---

**De:** "Carlos Fischer" <[carlos.fischer@caixa.gov.br](mailto:carlos.fischer@caixa.gov.br)>

**Para:** [anacarolina@patobragado.pr.gov.br](mailto:anacarolina@patobragado.pr.gov.br)

**Enviadas:** Quinta-feira, 11 de fevereiro de 2021 10:43:03

**Assunto:** URGENTE - ENC: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE CONTRATO - CERTIDOES

E-mail classificado como #EXTERNO.CONFIDENCIAL

**\*Favor confirmar o recebimento do e-mail.**

Bom dia.

Conforme solicitado, seguem em anexo os documentos solicitados.

Sds.



**Variação de um índice financeiro****Variação do índice INPC - Índ. Nac. de Preços ao Consumidor entre 01-Fevereiro-2020 e 01-Fevereiro-2021**Em percentual: **5,5315%**Em fator de multiplicação: **1,055315****Observações:**

Os valores do índice utilizados neste cálculo foram:

Fevereiro-2020 = 0,17%; Março-2020 = 0,18%; Abril-2020 = -0,23%; Maio-2020 = -0,25%; Junho-2020 = 0,30%; Julho-2020 = 0,44%; Agosto-2020 = 0,36%; Setembro-2020 = 0,87%; Outubro-2020 = 0,89%; Novembro-2020 = 0,95%; Dezembro-2020 = 1,46%; Janeiro-2021 = 0,27%.

Índice	Período	No mês	12 meses
IPCA - %	jan/21	0,25	4,56
INPC - %	jan/21	0,27	5,53
IPCA-15 - %	fev/21	0,48	4,57
IPC Fipe - %	jan/21	0,86	6,22
IGP-M - %	jan/21	2,58	25,71
IGP-DI - %	jan/21	2,91	26,55
IGP-10 - %	fev/21	2,97	28,17

Fontes: IBGE, Fipe e FGV. Elaboração: Valor Data